

RESENHAS

ARNAUD, Expedito — "Os Índios da região do Uaçá (Olapoque) e a Proteção Oficial Brasileira." *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia* n.º 40, Belém, julho 1969, 40 pp., ilustr.

O presente trabalho é fruto de três pesquisas de campo junto aos grupos indígenas Palikúr (Aruak), Galibi (Karib) e Karipúna (Tupl), da região do rio Uaçá (Olapoque), no território do Amapá. Além do material de campo foram recolhidos dados no arquivo da 2.ª Inspeção Regional do S.P.I.

A monografia compreende três partes: Introdução; O território e a população atual; A proteção oficial.

Na Introdução, o Autor faz referências à formação e aparição destes grupos indígenas na região do Uaçá, remontando à época dos descobrimentos.

Relata, ainda, as relações comerciais destes grupos com os franceses da Guiana, visto que a área, conhecida como "território contestado", somente em 1900 passou para o Brasil. Com esta passagem emergiram problemas pela falta de compreensão das autoridades brasileiras para com os índios, que são aqui retratados com exemplos.

Baseado em Nimuendajú e com informações obtidas pessoalmente, dá os aspectos da cultura e da organização social destes grupos por volta de 1920.

2 — O território e a população atual.

Nesta segunda parte, dá a descrição do *habitat* que se caracteriza por florestas de várzea, campos de várzeas intercalados por tesos cobertos de mata. Há nas cabeceiras do rio Uaçá e seus afluentes florestas de terras firmes.

O território abrange uma área de 3.000 km², correspondendo à oitava parte do município do Olapoque, com uma população de 1.132 indivíduos, sendo que os Palikúr contam com 263 indivíduos no rio Urucaú, os Galibi com 460 indivíduos no rio Jaçá e os Karipúna com 439 indivíduos no rio Curipi. Há ainda no território um Posto Indígena de Nacionalização, Assistência e Educação (P.I.N.), instalado desde 1942, na confluência do Uaçá com o Curupi e uma Colônia Militar do Olapoque, na área dos Galibi, desde 1962. Fora da área indígena há uma população de 4.111 neo-brasileiros.

3 — A Proteção Oficial

Nesta parte, o A. mostra o desenvolvimento das relações do Governo brasileiro junto aos índios do Uaçá, visando a sua incorporação à nossa sociedade, desde 1930. Estas relações estão divididas em duas grandes fases:

A *primeira fase* corresponde ao período de 1930-1941, onde as atividades do SPI eram realizadas através de um intermediário, o Delegado. Nenhum programa assistencial foi desenvolvido, sendo as funções do Delegado as de mero intermediário nas transações comerciais entre índios e civilizados.

Esta primeira fase coincide com a época de penetração na área indígena pelos neo-brasileiros com propósitos econômicos: extração do óleo de pau-rosa e garimpagem. Os índios participam destas atividades, direta ou indiretamente, prestando serviços.

A *segunda fase* corresponde ao período de 1942-1967, subdividida em três períodos administrativos.

No primeiro período administrativo (1942-1950) foram elaborados planos, visando: o desenvolvimento da lavoura e da pesca, mediante a introdução de novos cultivos e técnicas; estabelecimento da pecuária e de indústrias a fim de tornarem o pósto auto-suficiente; fundação de um entreposto comercial para transacionar com os índios; prestação de assistência sanitária e escolar.

Na lavoura foram ampladas as plantações de mandioca brava e a implantação do cultivo do arroz foi infrutífera. Em relação à pesca, foi desenvolvida uma campanha contra o uso do timbó, bem como do arco e flecha. Foi incentivado o emprêgo de rede de malhas para pesca, mas fracassou dada a abundância de pranchas no rio. Teve incremento a pesca do jacaré com arpão, o que levou no final de cinco anos quase que à sua completa extinção na área. Em 1943, teve início a criação de bovinos na área dos Galibi, mas seu progresso foi interrompido pela não aceitação desta carne entre os índios. No campo industrial foram introduzidos trabalhos tais como: a confecção de móveis de cipó, máquina de beneficiamento de arroz, olaria e serraria; mas fracassaram pela carência de técnicos, fraca produção e falta de mercado.

A instrução escolar foi introduzida somente entre os Galibi e Karipúra, pois os Palikúr a consideravam como uma forma de escravidão. A escola funcionou como concentração de populações, formando pequenas "vilas". O programa escolar foi baseado nos programas do território do Amapá até o 3.º ano primário.

A influência do SPI se faz sentir neste período com a extinção do castigo do tronco, que foi substituído pela execução de serviços de limpezas no Pósto.

No segundo período administrativo (1951-1957) houve problemas quanto à lotação do pessoal temporário, em face dos baixos salários e diminuição de recursos materiais uma vez que a intensificação dos conflitos entre índios e seringueiros no sul do Pará provocou o cancelamento de verbas assistenciais.

O agente, neste período, tomou iniciativas econômicas, visando mais as necessidades administrativas, sendo muito restrito o beneficiamento pelos índios.

A extração da castanha de andiroba foi tentada em 1954, mas não progrediu dadas as dificuldades por que passaram os índios, quando da sua extração e falta de maquinaria para seu beneficiamento, resultando numa baixa cotação para o produto.

Na parte sanitária, uma campanha para abertura de postos de água potável obteve êxito entre os Galibi e Karipuna, locais onde havia escolas.

No terceiro período administrativo (1958-1967), alguns planos voltados para o trabalho foram elaborados, no sentido de ampliar o movimento referente à produção indígena, embora orientados mais para a obtenção de lucros, não só para cobrir as despesas dos respectivos postos como para o emprêgo da forma julgada mais conveniente pela chefia da Inspetoria.

A olaria e a serralha foram novamente estabelecidas, mais foram precários os seus rendimentos. O movimento comercial, inicialmente intensificado, decaiu e o entreposto indígena supervisionado pela administração foi fechado, voltando os indígenas a seu antigo comércio com o pessoal da Guiana Francesa. Com a extinção do entreposto, o antigo agente foi reconduzido à direção do PIN, mas as verbas para a manutenção dos serviços não foram liberadas. Em vista disto, deslumbrou a possibilidade de obter recursos através de outras fontes oficiais, possibilitando o alistamento eleitoral dos indígenas conforme pretendiam os políticos regionais. Em 1960, uma seção foi criada na sede do estabelecimento e no primeiro pleito de âmbito nacional, o candidato apoiado pelo governo do território teve vitória unânime e assim o mesmo em outros pleitos. As promessas de ajuda a estas comunidades contra o voto não se concretizaram e em consequência disto 50% dos eleitores não compareceram mais às urnas.

A assistência sanitária foi negligenciada, voltando os grupos a procurarem mais o pajé do que nas outras fases anteriores, a sugerir manifestação reativa do grupo perante o processo aculturativo.

A ação do SPI passou a declinar e a Colônia Militar de Fronteira passou a influenciá-los. Os índios já estão aceitando a introdução do búfalo pelos militares e possibilitando mesmo o casamento temporário de suas filhas com os soldados.

Concluindo, o trabalho nos mostra a evolução das atividades do antigo SPI com os grupos indígenas do rio Uaçá, mostrando nas suas administrações sucessivas a falta de experiência e de pessoal qualificado do referido Orgão para lidar com os índios. Isto pode ser verificado nas suas proposições de caráter econômico que nunca encontraram eco entre os grupos indígenas.

O trabalho é um retrato de uma administração que não corresponde com a realidade indígena e que não foi efetivada somente nesta área, mas também com os demais grupos indígenas brasileiros.

Cumprе ressaltar que o trabalho vem acompanhado de notas de rodapé explicativas de certos trechos do texto, de uma bibliografia sobre a área e de ilustrações mostrando aspectos destes grupos. — CRISTINA ARGENTON COLONELLI.

HARTMANN, Thekla — *Nomenclatura Botânica dos Borôro*. Instituto de Estudos Brasileiros, publ. n.º 6, São Paulo, 1967, 87 pp.

O presente trabalho, como a própria Autora afirma "constitui parte de uma preocupação de longa data com o complexo das relações do indígena brasileiro, particularmente do Borôro, com a flora de seu *habitat*". Para que o trabalho fôsse realizado, foi feito um levantamento de fontes bibliográficas, coleta de material em campo junto aos Borôro das Missões e controle com os grupos fora das Missões (SPI).

A preocupação básica é a nomenclatura botânica, os processos que a ela conduzem e as sugestões a problemas que coloca.

A monografia compreende três partes: Distinção entre espécies vegetais; Palavras e radicais empregados na nomenclatura botânica dos Borôro e Categorias de classificação.